



**INSTITUTO
FEDERAL**

Goiás

Câmpus
Águas Lindas

**RELATÓRIO
CPA ÁGUAS LINDAS**

**AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**

2025

Relatório de Autoavaliação Institucional

Ano Referência- 2025

IFG - Câmpus Águas Lindas



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Relatório de Autoavaliação Institucional
Ano Referência- 2025

Águas Lindas de Goiás, maio de 2026



Reitoria do IFG

Reitora

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Diretoria Executiva

Wanderley Azevedo de Brito

Pró-Reitoria de Administração

Diego Silva Xavier

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos

Sandra Abadia Ferreira

Pró-Reitoria de Ensino

Tauã Carvalho de Assis

Pró-Reitoria de Extensão

Reinaldo de Lima Reis Júnior

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Lorena Pereira de Souza Rosa

Diretoria Geral do Câmpus Águas Lindas

Mariana Magalhaes Nobrega

Equipe Comissão Central da CPA 2025/2027

Michele Siqueira

Presidente

Representante Docente 1

Aniela Pilar Campos de Melo

Secretária

Representante Docente 2

Viviane Bueno Guimarães

Representante Técnico-Administrativa 1

Patrícia Souza Barbosa Oliveira

Representante Técnico-Administrativa 2

Walter Pereira de Freitas

Representante Técnico-Administrativa 3

Larissa Messias Moraes

Representante Docente 3

Sthefanny Memore do Carmo

Representante Discente 1

Bárbara Angela Scanduzzi de Souza

Representante Discente 2

Gabriel Nascimento de Oliveira

Representante Discente 3

Equipe Elaboradora – Comissão Local de Avaliação – *Câmpus* Águas Lindas

Portaria n. 853/2026

Hélio de Souza Júnior

Representante Docente

Coordenador

Marco Antônio Oliveira Lima

Representante Docente

Secretário

Marciria Castellani Rocha Oliveira

Representante Técnica-Administrativa

Roberta Rodrigues Oliveira Tavares

Representante Técnica-Administrativa

Zilka Dos Santos De Freitas Ribeiro

Representante Docente (Suplente)

Erick Monerat

Representante Discente

João Paulo Cunha de Oliveira

Representante Discente

Natanael Pereira Silva

Representante Discente (Suplente)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAVSO – *American Association of Variable Star Observers*

CAP – Coordenação de Assistência/Permanência

CB – Coordenação de Biblioteca

CG – Chefe de Gabinete

CGOF – Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

Concâmpus – Conselho de Câmpus

CONSUP – Conselho Superior

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPAL – Comissão Própria de Avaliação Local

CPC – Conceito Preliminar de Curso

CPPIR - Comissão Permanente de Políticas da Igualdade Racial

CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura

DAA – Departamento de Áreas Acadêmicas

DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior

DF – Distrito Federal

DOC – Docentes

D.O.U. – Diário Oficial da União

EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIC – Formação Inicial e Continuada

FG – Função Gratificada

FoMO – *Fear of Missing Out*

GO – Goiás

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Educação Superior

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

IGC – Índice Geral de Cursos

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IoT – *Internet of Things*

MEC – Ministério da Educação

NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

OBG – Olimpíada Brasileira de Geografia

OVACE – Obstrução de Vias Aéreas por Corpo Estranho

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PCIFE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PCR – Parada Cardiorrespiratória

PIB – Produto Interno Bruto

PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional

R\$ – Real

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

TAE – Técnico-Administrativo em Educação

UBS – Unidade Básica de Saúde

UEG – Universidade Estadual de Goiás

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS ÁGUAS LINDAS	11
2.1 Breve histórico do Câmpus Águas Lindas	11
2.2 População atendida	13
2.3 Cursos	16
2.4 Quadro de cursos e vagas	17
2.5 Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	18
2.6 Cursos e vagas	22
2.7 Formas de ingresso	23
3. ATOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	29
3.1 Avaliações externas	30
3.1.1 Avaliações in loco	30
3.1.2 Avaliações in loco IFG/2025	31
3.1.3 Demais indicadores de qualidade	32
3.2 Avaliações Internas	33
3.2.1 Evolução e Consolidação do Processo de Autoavaliação do IFG	34
3.2.2 Atual composição da CPA do IFG	35
3.2.3 Composição da CPAL do Câmpus Águas Lindas - 2025	37
3.2.4 Seminário de Autoavaliação	39
7. METODOLOGIA	40
7.1 Delineamento do Estudo	40
7.2 Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados	41
7.3 Questionários	41
7.4 Definição da População da Pesquisa	42
7.5 Consulta a Documentos Institucionais	43
7.6 Escalas, critérios de análise dos resultados e indicações à Gestão.	44
7.7 Cronograma de execução das ações	45
8. RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS, DESAFIOS E SUGESTÕES PARA OS PRÓXIMOS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO	57
REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

A Autoavaliação Institucional, instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) de acordo com a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre seus objetivos produzir conhecimentos, identificar causas de problemas ou deficiências, subsidiar a tomada de decisão da Instituição, melhorar a qualidade da Educação Superior e, acima de tudo, prestar contas à sociedade.

A Autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), deve ser vista como um processo de autoconhecimento e prestação de contas a ser conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), envolvendo toda a comunidade que compõe a Instituição.

O processo de Autoavaliação Institucional é anualmente consolidado por meio de Relatórios de Autoavaliação Institucional que tem por finalidades sistematizar e levar ao conhecimento da comunidade os resultados obtidos, fomentar a cultura de avaliação institucional, promover melhorias na Instituição e subsidiar os processos de avaliação externa.

O Relatório está estruturado conforme proposta de roteiro da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 e apresenta a seguinte estrutura:

1. Apresentação da Instituição: breve histórico da Instituição e sua atual estrutura;
2. Atos regulatórios da Educação Superior: contextualiza o leitor a respeito dos atos regulatórios estabelecidos na Portaria nº 40 de 2007, atualizada em 2010;
3. Consolidação do processo de autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: expõe a trajetória do processo de autoavaliação da Instituição;
4. Metodologia: apresenta métodos e etapas da condução da autoavaliação institucional, tais como: delineamento do estudo, instrumentos e técnicas de coleta de dados, definição da população de pesquisa, escalas e critérios de análise;
5. Resultados, análises e sugestões: nesta seção é apresentado ao leitor, os resultados da pesquisa de autoavaliação, as análises dos resultados e as propostas de melhorias ao IFG;
6. Desafios para os próximos processos de autoavaliação.

É importante salientar que o processo de elaboração e consolidação do Relatório de Autoavaliação é compreendido de forma substancial e não só como mero procedimento burocrático ou movimento de avaliar por avaliar. O presente Relatório busca contribuir efetivamente para a promoção de melhorias na Instituição por meio da disponibilização dos dados, das análises e das sugestões da CPA para os agentes envolvidos nos processos deliberativos, de modo que as políticas institucionais possam ser cada vez mais assertivas.

Os resultados da autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, referente ao ano de 2025, presentes neste relatório, serão amplamente divulgados à comunidade acadêmica e discutidos junto à gestão do IFG, em eventos institucionais tais como Semana de Planejamento Acadêmico, SECITEC, encontros, oficinas entre outros.

2. APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS ÁGUAS LINDAS

2.1 Breve histórico do Câmpus Águas Lindas

Desde sua inauguração em 14 de abril de 2014, o Câmpus Águas Lindas oferta cursos no eixo tecnológico de “Ambiente e Saúde”, demandando da comunidade acadêmica uma visão integrada dessas duas áreas. Foi a terceira unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) a ser instalada no entorno de Brasília/DF.

A implantação do Câmpus no Município de Águas Lindas de Goiás/GO aconteceu em um momento histórico desafiador e intensamente dinâmico diante do vertiginoso crescimento demográfico e um conjunto de demandas econômicas, sociais, políticas e culturais marcadas pelos visíveis efeitos das desigualdades socioeconômicas de uma “cidade dormitório”, em que é possível perceber o grande número de pessoas que se deslocam diariamente para trabalhar na capital brasileira.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, a população do município

[...] era de 225.693 habitantes e a densidade demográfica era de 1.176,61 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficou nas posições 5 e 4 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficou nas posições 137 e 93 de 5570. (IBGE, 2022. Disponível em:

É importante considerar que, ainda de acordo com a mesma fonte, a média salarial dos trabalhadores formais é de 2,0 salários mínimos ao mês.

Tratando-se do aspecto econômico, o IBGE descreve que:

Em 2023, o PIB per capita era de R\$13.567,92. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 244 de 246 entre os municípios do estado e na 4845 de 5570 entre todos os municípios. (IBGE)

Ao observar os dados referentes à posição de Águas Lindas de Goiás em relação aos outros municípios do estado e do país, sua situação econômica apresenta-se desfavorável.

Com relação ao meio ambiente, o bioma predominante é o Cerrado e a pesquisa do IBGE destacou que Águas Lindas de Goiás possui “[...] 49,69% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 54,66% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio)” (IBGE, 2022). Os dados apresentados indicam que as condições de habitabilidade e adequada relação com o meio ambiente estão longe de abranger 100% da população.

Tais dados exemplificam alguns aspectos pelos quais pode-se dizer que Águas Lindas de Goiás é um município de grandes e marcantes desigualdades socioeconômicas.

Ressalta-se que o Câmpus Águas Lindas soma-se aos Câmpus de Luziânia, Formosa e Valparaíso de Goiás na oferta de educação pública e gratuita para a população da região vizinha de Brasília/DF, chamada RIDE do Distrito Federal e Entorno (Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno).

Essa região goiana foi priorizada pelo IFG por suas características geográficas e socioeconômicas, em que as cidades encontram-se em franco crescimento, com aumento acelerado da população, mas sem a devida oferta de serviços essenciais, e dentre eles a educação pública, laica e socialmente referenciada. Assim, o Câmpus Águas Lindas foi criado a partir da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, amparada na lógica da promoção do desenvolvimento regional, com inclusão social.

Atualmente, o Câmpus Águas Lindas oferta os seguintes cursos: Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e

Adultos/EJA, Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Vigilância em Saúde, em período integral; Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Meio Ambiente, em período integral; Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Análises Clínicas, em período integral; e Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Além disso, através de parceria com a prefeitura municipal de Águas Lindas de Goiás, funciona no Câmpus a Unidade Básica de Saúde (UBS-Escola) - sendo a primeira da Rede dos Institutos Federais. Encontra-se em implantação o Projeto IFG Feridas, que atenderá a população local. E ainda, destaca-se que o Câmpus oferece também o Curso de Doulas, a Ação de Extensão das Promotoras Legais Populares, dentre outras atividades educativas.

Quanto à infraestrutura física,

[...] o Câmpus Águas Lindas possui área total de 49.796,23 m² e área construída de 5.701,32 m², contemplando o bloco acadêmico, o bloco administrativo com biblioteca e portaria, além de quadra poliesportiva integrada ao conjunto arquitetônico.

A infraestrutura acadêmica compreende 12 salas de aula e oito laboratórios, sendo: laboratórios de Informática, laboratório de Anatomia e Zoologia, laboratório de Enfermagem, laboratório de Ciências, laboratório de Análises Clínicas, Laboratório Maker (LabMaker), laboratório Interdisciplinar, Sala de Práticas Corporais e refeitório.

O Câmpus conta, ainda, com restaurante estudantil em fase de finalização, com área construída de 907,58 m², destinado ao atendimento da comunidade acadêmica.

Integram também a estrutura física 200 m² destinados ao Projeto Viveiro Escola Municipal, bem como o espaço de funcionamento da UBS Escola, localizado no pavimento térreo do bloco administrativo. Ambas as iniciativas são desenvolvidas em parceria com a Prefeitura Municipal, fortalecendo a articulação entre ensino, extensão e políticas públicas locais.

A estrutura do Câmpus inclui, ainda, áreas externas destinadas à circulação, convivência e urbanização, integrando os edifícios e contribuindo para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, administrativas e de apoio institucional. (IFG, Apresentação do Câmpus. Estrutura Física)

O Câmpus Águas Lindas está localizado à Rua Vinte e Um, Área Especial 4, Jardim Querência, no município de Águas Lindas de Goiás, GO.

2.2 População atendida

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás Câmpus Águas Lindas atende a uma população marcada por significativa diversidade social, econômica e educacional, situada principalmente na região do entorno do Distrito Federal. Inserido

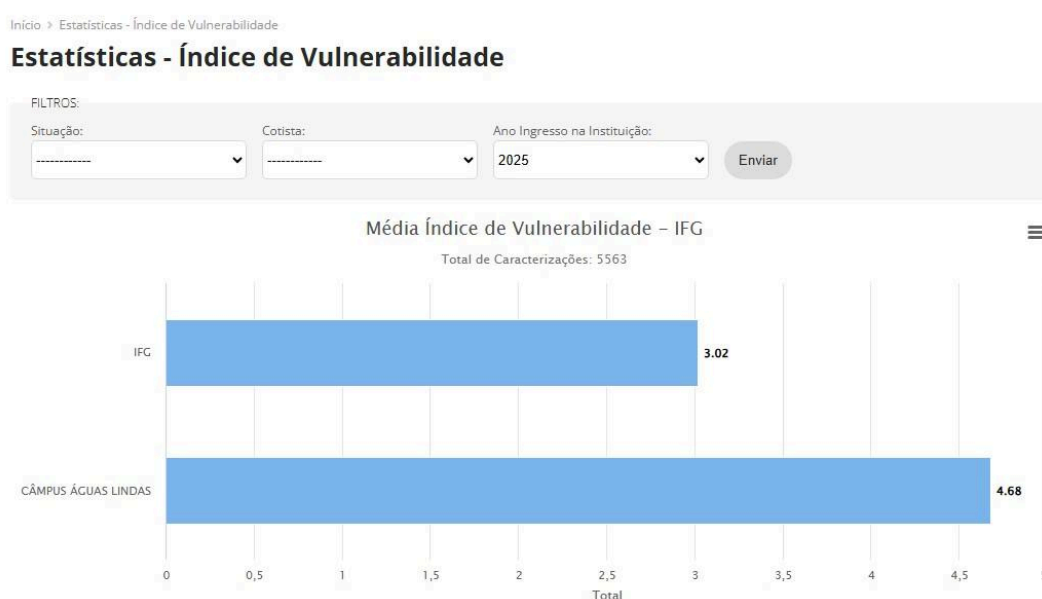
em um município de rápido crescimento demográfico e caracterizado por desafios estruturais, o Câmpus desempenha papel fundamental na ampliação do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

A população atendida é composta, majoritariamente, por jovens oriundos do ensino fundamental da rede pública, que ingressam nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, buscando formação profissional articulada à educação básica.

Além desse público, o Câmpus também atende estudantes trabalhadores e adultos que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos na idade regular, especialmente por meio da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), contribuindo para a inclusão educacional e social desse segmento.

Destaca-se ainda a presença de estudantes provenientes de contextos socioeconômicos vulneráveis, o que reforça a importância das políticas institucionais de assistência estudantil, permanência e êxito acadêmico. De acordo com os dados da Caracterização Socioeconômica preenchida pelos estudantes ingressantes no IFG no ano de 2025, disponível no SUAP especificamente no item “Estatísticas Índice de Vulnerabilidade”, o Câmpus Águas Lindas apresenta um índice maior em relação à todos os demais Câmpus do IFG considerados de maneira geral, conforme demonstra o gráfico abaixo:

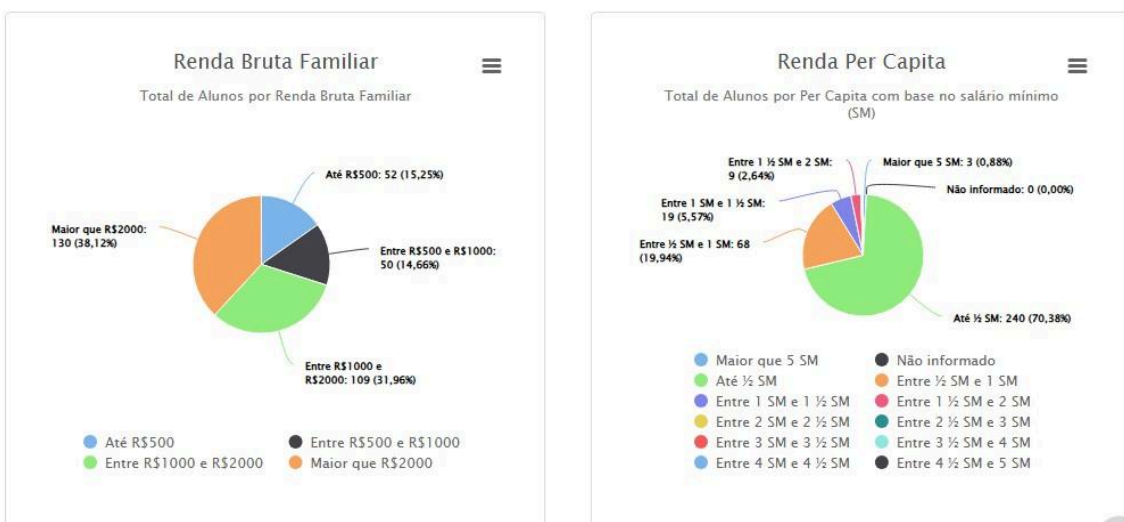
Figura 1: Comparação do Índice de Vulnerabilidade do IFG x Câmpus Águas Lindas, 2025.



Fonte: SUAP/IFG, 2025.

Foi apresentado acima, que, de acordo com os dados do IBGE, a média salarial dos trabalhadores formais do município de Águas Lindas de Goiás é de dois salários mínimos. Portanto, essa situação se reflete no público atendido pelo Câmpus Águas Lindas. E ainda, no ano de 2025, de acordo com os dados da Caracterização Socioeconômica dos estudantes matriculados e que se inscreveram nos Programas de Assistência Estudantil, os dados referentes à renda bruta familiar e renda *per capita* demonstram que a grande maioria dos estudantes são provenientes de famílias economicamente vulneráveis. A renda *per capita* revela que 70,38% dos estudantes vivem com até meio salário mínimo ao mês.

Figura 2: Dados de Renda Bruta Familiar e Per Capita, 2025.



Fonte: SUAP/IFG, 2025.

O reflexo dessa insuficiência financeira é percebido nas faltas, nas desistências (evasão), nos relatos de dificuldades para comprar passagens, lanches, material escolar, entre outros, além do fato de que o número de inscrições no Auxílio Permanência normalmente é muito maior que o número de estudantes que pode ser atendido com o valor financeiro destinado anualmente para atender tal demanda, conforme dados da Assistência Estudantil, do ano de 2025. Por meio do SUAP pode-se observar os dados referentes ao número de estudantes que solicitaram o auxílio e o número de estudantes que foi possível contemplar com o valor financeiro disponível para o Auxílio Permanência:

Figura 3: Informações sobre o Auxílio Permanência (2025):

Ano	Programa	Número de estudantes atendidos	Número de estudantes inscritos	Número de parcelas	Valor da parcela por estudante	Valor financeiro anual disponibilizado
2025	Auxílio Permanência	63	220	09	R\$ 200,00	R\$ 112.400,00

Fonte: SUAP/IFG, 2025.

Portanto, no ano letivo de 2025, dos 220 estudantes que se inscreveram no Auxílio Permanência, no valor de R\$200,00 mensais, apenas 63 foram atendidos. Tal dado confirma que grande parte dos estudantes matriculados necessitam de maior apoio financeiro devido à vulnerabilidade socioeconômica dessas famílias, bem como reforça a importância da Política de Assistência Estudantil na perspectiva da permanência e do êxito na trajetória escolar dos discentes do Câmpus Águas Lindas.

O Câmpus Águas Lindas também atende discentes interessados na formação superior, especialmente na área da licenciatura, contribuindo para a formação de professores, logo, para o fortalecimento da Educação Básica na região.

Nesse sentido, o perfil da população atendida pelo Câmpus Águas Lindas reflete um dos inúmeros objetivos institucionais do IFG, sendo, a promoção da inclusão social por meio da educação pública, laica e socialmente referenciada, atuando como uma espécie de agente de transformação social e de desenvolvimento regional.

2.3 Cursos

Desde a sua implantação, o Câmpus tem ofertado cursos técnicos no eixo tecnológico Ambiente e Saúde, tais como: Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Análises Clínicas, em período integral; Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Meio Ambiente, em período integral; Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Vigilância em Saúde, em período integral; Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos/EJA, no período noturno.

No que tange à Educação Superior, o primeiro curso foi implantado em 2019, sendo, a Licenciatura em Ciências Biológicas. Tal curso obteve conceito máximo (nota

5) na avaliação do MEC no ano de 2022, evidenciando a qualidade acadêmica e pedagógica da instituição.

2.4 Quadro número de cursos e vagas

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás Câmpus Águas Lindas, o quadro de cursos e vagas está organizado de acordo com a capacidade institucional, bem como com as diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica e com as demandas sociais da região atendida. Essa organização busca assegurar a oferta equilibrada entre diferentes níveis e modalidades de ensino, promovendo o acesso democrático, a permanência e o êxito dos estudantes.

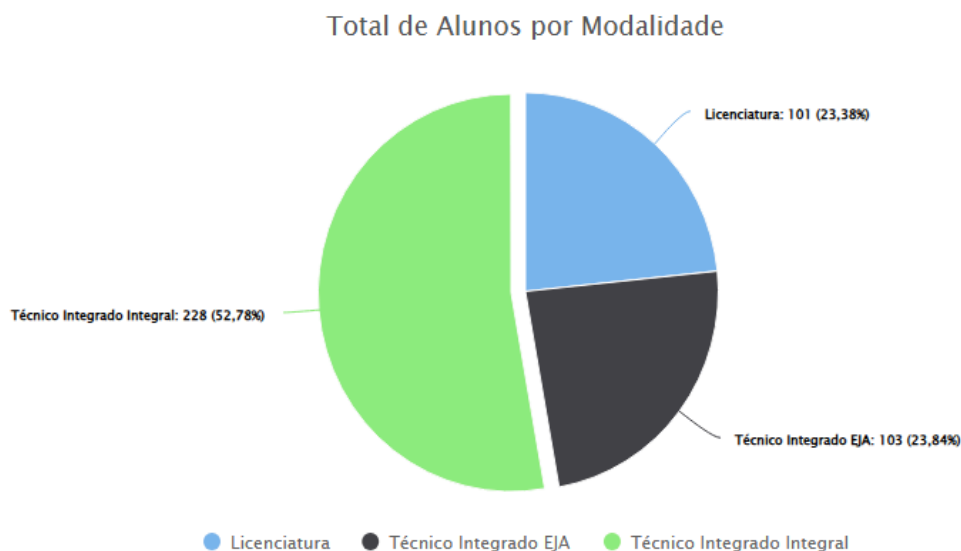
As vagas são distribuídas entre cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, cursos técnicos na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e cursos Superiores, especialmente na área de Licenciatura. Nos cursos técnicos integrados, as vagas são ofertadas anualmente, com turmas regulares que atendem estudantes em tempo integral. Já na modalidade EJA, o número de vagas varia conforme a demanda e os editais publicados, visando contemplar o público trabalhador e aqueles que não concluíram a Educação Básica na idade adequada.

No Ensino Superior, as vagas são disponibilizadas de forma periódica, com base na estrutura física e no quadro de servidores do Câmpus, sendo ofertadas, em geral, por meio de processos seletivos que utilizam a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou vestibulares próprios. A quantidade de vagas por curso pode variar a cada ano, de acordo com o planejamento institucional e as políticas educacionais vigentes.

Dessa forma, o quadro de cursos e vagas do Câmpus Águas Lindas apresenta-se como um instrumento dinâmico de planejamento acadêmico, ajustando-se continuamente às necessidades da comunidade local e às diretrizes do IFG, garantindo a ampliação do acesso e a qualidade da formação ofertada.

Assim, com base em dados institucionais, a distribuição de vagas pode ser representada conforme demonstrado no quadro abaixo. Veja-se:

Figura 4: Total de Estudantes por Modalidade do Câmpus Águas Lindas, 2025.



Câmpus	Licenciatura	Técnico Integrado EJA	Técnico Integrado Integral	Total
Águas Lindas	101	103	228	432

Fonte: IFG, SUAP 2025.

2.5 Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão

O IFG atua de forma indissociável no tripé ensino, pesquisa e extensão, conforme preconizado pela legislação da Educação Profissional. No Ensino, os cursos técnicos e superiores constituem o eixo central da formação profissional e cidadã. Na Pesquisa, a instituição desenvolve projetos de iniciação científica e tecnológica, com participação de estudantes e servidores, promovendo a produção do conhecimento; e na Extensão, as ações extensionistas incluem: cursos de qualificação profissional (FIC), projetos em comunidades periféricas e programas de educação em direitos humanos.

Essas ações reforçam o compromisso social do IFG com a comunidade.

Quadro 1: Demonstrativo dos Projetos de Ensino do Câmpus Águas Lindas, 2025.

Projeto	Responsável	Período de execução
“LACRE – Laboratório de Artes Cênicas e Rebelia no Câmpus Águas Lindas de Goiás”	Daniel de Jesus dos Santos Costa	Set/24 a Jan/2025

Projeto de ensino - Olimpíada Brasileira de Geografia (OBG) 2025.	Flavia Aparecida Vieira de Araujo	Abr. a Ago/2025
Iniciação esportiva em Voleibol	Lourenzo Martins de Brito	Mai. a Jul/2025
Treinamento de Voleibol	Lourenzo Martins de Brito	Mai. a Jul/2025
Treinamento de Futsal	Lourenzo Martins de Brito	Mai. a Jul/2025
Artes da Cena no Câmpus Águas Lindas de Goiás do Instituto Federal de Goiás	Daniel de Jesus dos Santos Costa	Set. a Dez/2025
Vida em suas mãos: Capacitação em OVACE e PCR	Thatiane Marques Torquato	Dez/2025 e 2026/1: (será executado em 2026/1)
Curso Básico de Libras	Danilo da Silva Lima em parceria com Fabiana Alves de Carvalho - doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação para Ciências e Matemática-PPGECM- Câmpus Jataí	Ago. a Out/2025

Fonte: IFG, SUAP 2025.

Quadro 2: Demonstrativo dos Projetos de Pesquisa, Câmpus Águas Lindas, 2025.

Título	Coordenador
Diversidade, endemismo e conservação das espécies do gênero <i>Mimosa</i> L. (Fabaceae) ocorrentes no Parque Estadual de Águas Lindas de Goiás, Goiás, Brasil	Thainara Policarpo Mendes
A subtribo <i>Cassiinae</i> (Fabaceae, Caesalpinioideae) no Parque Estadual de Águas Lindas de Goiás: diversidade, endemismo e conservação	Thainara Policarpo Mendes
Construção de Museu e Hotel de abelhas nativas do Cerrado aplicados à educação ambiental.	Fernando Campos de Assis Fonseca
Botânica ao Alcance: blog educacional para superar a Cegueira Botânica com práticas de baixo custo	Thainara Policarpo Mendes
Efeitos da competição interespecífica no crescimento do milho: estudo de caso com o capim mombaça	Herick Soares de Santana
Geoprocessamento aplicado ao Mapeamento de Áreas Estratégicas de Recarga Hídrica na Bacia do Rio Descoberto	Renato Welmer Veloso

LOGÍSTICA REVERSA DE PNEUS INSERVÍVEIS: UM ESTUDO DE CASO EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	Leonardo Ramos da Silveira
Espécies arbóreas do Cerrado goiano em listas de extinção: explorando a educação ambiental para fins de conservação	Herick Soares de Santana
ENSINO PEDOLÓGICO A PARTIR DE ESTRUTURAS TRIDIMENSIONAIS DE MINERAIS	Renato Welmer Veloso
Efeitos do óleo essencial de Citrus sinensis encapsulado em nanopartículas de PEJU sobre as desordens teciduais da próstata ventral de Ratos Espontaneamente Hipertensos (SHR) e Ratos Normotensos (Wistar)	Danilo da Silva Lima
Levantar da mesa quando o amor não é servido! Análise da violência contra a mulher em Águas Lindas-GO	Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano
Avaliação da fitotoxicidade de extratos foliares de Andropogon gayanus Kunth. e Andropogon bicornis L.	Cristiele dos Santos Souza
Eu sou gente! Análise da violência contra a criança e adolescente em Águas Lindas-GO	Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano
Um algoritmo clássico-quântico híbrido para otimização linear semi-infinita	Thiago Mureebe Carrijo
Mortalidade Materna na Região de Saúde goiana Entorno Sul: tendência temporal e distribuição espacial	Emily Nayana Nasmar de Melo
Laboratório de Aulas-Teste: Um dispositivo de formação para docentes de Ciências e Biologia	Antonio Claudio de Araujo Junior
Perfil da Sífilis Congênita no Brasil nos últimos 10 anos, uma revisão integrativa.	Helio de Souza Junior
“Boa noite, Cinderela”: substâncias facilitadoras de crimes	Fabio Teixeira Kuhn
AVALIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS NO IFG - Câmpus ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	Renato Welmer Veloso
Estudos micromorfológicos foliares em espécies de Chamaecrista L. (Leguminosae: Caesalpinioideae) ocorrentes no Parque Estadual de Águas Lindas de Goiás, Goiás, Brasil	Herick Soares de Santana
Comparação da diversidade de Insecta entre duas fitofisionomias de Cerrado do Parque Estadual de Águas Lindas de Goiás	Herick Soares de Santana
Educação digital e o uso de celular na escola: legislação controversa?	Dirceu Luiz Hermann
Análise da Variabilidade de Estrelas a partir de Dados da AAVSO (<i>American Association of Variable Star Observers</i>)	Thiago Mureebe Carrijo
Tecnologia de diagnóstico rápido aplicada ao controle do Aedes aegypti em contexto urbano vulnerável	Fernando Campos de Assis Fonseca
Logística reversa de lâmpadas e a responsabilidade ambiental no cotidiano escolar	Leonardo Ramos da Silveira
AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA DE MODELOS TRIDIMENSIONAIS COM ÍMÃS DE NEODÍMIO NO ENSINO DAS PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS DE MINERAIS DA FRAÇÃO ARGILA DO SOLO	Renato Welmer Veloso

Elize Matsunaga e o Sistema Midiático: Influências de uma Sociedade Patriarcal	Alice de Barros Gabriel
Saúde em (R)evolução: Tecnologias Emergentes, Dilemas Atuais, Avanços, Desafios e Perspectivas Futuras através da IA.	Lourenzo Martins de Brito
Modelos Tridimensionais de Argilominerais: Análise Avaliativa de sua Aplicação no Ensino Técnico e Superior	Renato Welmer Veloso
Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho: uma análise a partir dos transtornos mentais relacionados ao trabalho em Goiás.	Monaise Madalena Oliveira Loula
Avaliação do letramento em saúde e sua associação com feridas complexas: uma abordagem multidimensional	Patricia Carvalho de Oliveira
Marcas que Falam: Relações e Impactos Sociais na Jornada de Quem Vive com Feridas de Difícil Cicatrização	Thatiane Marques Torquato
Agroecologia e sustentabilidade: conhecendo os princípios da agricultura familiar a partir de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA)	Herick Soares de Santana
PERFIL CLÍNICO EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM FERIDA ASSISTIDOS EM UMA UNIDADE DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA	Danielly Bandeira Lopes
Escolas militares e educação escolar: uma análise dos impactos educacionais e sociais da militarização do ambiente escolar em Águas Lindas-GO	Vinicius Felipe Leal Machado
Instrumentos utilizados para avaliar a adesão ao tratamento de saúde: revisão sistemática da literatura	Emily Nayana Nasmar de Melo
Estratégias Metodológicas no Ensino de Primeiros Socorros: uma investigação sobre Efetividade Pedagógica.	Thatiane Marques Torquato
Manual Educativo sobre Pé Diabético: Estratégias de Prevenção e Manejo para Pacientes no Contexto da Atenção Primária	Zilka dos Santos de Freitas Ribeiro
Construção de um Calorímetro Digital com Arduino para Aplicações Educacionais	Renata Crispim Batista
Colmeia Inteligente IoT: Monitoramento do Comportamento de Abelhas com Tecnologia Maker	Thiago Mureebe Carrijo
A expansão urbana, a intensidade dos movimentos pendulares e a relação da cidade com o Distrito Federal (DF): uma análise de Águas Lindas de Goiás (2025)	Flavia Aparecida Vieira de Araujo
Nível de Conhecimento em Anatomia Humana entre Estudantes do IFG – Câmpus Águas Lindas: Uma Análise entre diferentes níveis de Ensino	Lourenzo Martins de Brito
Repercussão da FoMO (<i>Fear of Missing Out</i>) na saúde mental de adolescentes em ambiente escolar: revisão integrativa	Dirceu Luiz Hermann
Biologia em Foco: um aplicativo interativo no combate à desinformação científica nas redes sociais	Marco Aurelio Ninomia Passos
Laboratório Maker Go Makers Go – IFG Águas Lindas	Thiago Mureebe Carrijo

Fonte: IFG, SUAP 2025.

Quadro 3: Demonstrativo dos Projetos de Extensão, Câmpus Águas Lindas, 2025.

Título	Situação	Coordenador
Curso de Formação Continuada de Educação em Direitos Humanos	Concluído	Paulo Alves da Silva
Programa Nacional de Promoção de Igualdade de oportunidades para o acesso de estudantes da rede pública de ensino à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - PartiuIF - Câmpus Águas Lindas	Concluído	Adriana Rosely Silva
Promotoras Legais Populares 2025/2026	Em execução	Alice de Barros Gabriel
Curso de Formação de Doulas	Em execução	Camila Roberta Estefano Nery
Vozes que ecoam: ouvidores populares	Em execução	Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano
Avaliação da dinâmica do uso e ocupação das áreas de Comunidades de Cultura Afro-brasileira no município de Águas Lindas de Goiás	Em execução	Renato Welmer Veloso
Promotoras Legais Populares 2025	Em execução	Carla Adriana Oliveira Silva
Revista Digital de Divulgação Científica do Curso de Biologia – IFG Câmpus Águas Lindas	Em execução	Marco Aurelio Ninomia Passos

Fonte: IFG, SUAP 2025.

2.6 Cursos e vagas

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, especialmente no Câmpus Águas Lindas, a organização das ofertas acadêmicas está estruturada de forma a contemplar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, princípio basilar da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Nesse sentido, o quadro de cursos e vagas não se limita apenas às formações regulares, mas abrangem um conjunto diversificado de ações formativas e de produção do conhecimento.

No que se refere ao ensino, o Câmpus oferta cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, cursos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e Curso Superior, com quantitativos de vagas definidos em editais periódicos, de acordo com a capacidade institucional e as demandas regionais. Assim, destaca-se que essas vagas são

distribuídas de forma a garantir o acesso democrático, à permanência e o êxito estudantil, priorizando a inclusão social.

No campo da pesquisa, embora não exista um número fixo de vagas como ocorre nos cursos regulares, o Câmpus Águas Lindas disponibiliza oportunidades por meio de programas de iniciação científica e tecnológica, nos quais os estudantes são selecionados a partir de editais específicos para participação em projetos orientados por docentes. Essas iniciativas contribuem para o desenvolvimento científico e para a formação crítica dos discentes.

Já no que diz respeito à extensão, o IFG oferta cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), projetos sociais e ações comunitárias, com vagas variáveis conforme a natureza de cada atividade. Tais ações são planejadas para atender às demandas da comunidade externa, promovendo a articulação entre a instituição e a sociedade local.

Assim, o quadro de cursos e vagas no Câmpus Águas Lindas apresenta-se de forma dinâmica e flexível, sendo continuamente ajustado às necessidades educacionais e sociais da região, ao mesmo tempo em que fortalece a missão institucional de promover a educação pública, laica, gratuita, socialmente referenciada e de qualidade.

2.7 Formas de ingresso

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, as formas de ingresso aos cursos ofertados no Câmpus Águas Lindas são regulamentadas por editais públicos e pautadas nos princípios da transparência, equidade e democratização do acesso à educação. Esses processos seletivos são estruturados de modo a atender às especificidades de cada nível e modalidade de ensino, garantindo oportunidades diversificadas para diferentes perfis de candidatos.

Para os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, o ingresso ocorre, predominantemente, por meio de processo seletivo que envolve a realização de provas objetivas, contemplando conteúdos do Ensino Fundamental. Esse modelo visa avaliar as competências básicas dos candidatos inscritos na seleção. Ressalta-se, ainda, que são adotadas políticas de ações afirmativas, conforme a legislação vigente, ampliando o acesso de estudantes oriundos de escolas públicas e de grupos historicamente vulnerabilizados.

No caso dos cursos técnicos na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), o ingresso pode ocorrer por meio de processos seletivos diferenciados, que

consideram a trajetória escolar e social dos candidatos, podendo incluir sorteio eletrônico, análise de perfil ou atividades avaliativas específicas, em consonância com a proposta inclusiva dessa modalidade.

Para os cursos de Ensino Superior, o acesso pode se dar por diferentes vias, sendo a principal delas a utilização da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), frequentemente vinculada a sistemas de seleção unificada. Além disso, o IFG também pode realizar vestibulares próprios, bem como ofertar vagas por meio de editais de transferência externa, reingresso e preenchimento de vagas remanescentes.

Dessa forma, as múltiplas formas de ingresso adotadas pelo IFG refletem o compromisso institucional com a ampliação do acesso à educação pública e gratuita, possibilitando que estudantes de diferentes contextos sociais possam ingressar e dar continuidade à sua formação acadêmica e profissional.

Quadro 4: Oferta de Cursos, vagas e formas de ingresso, Câmpus Águas Lindas, 2025.

Cursos	Vagas	Formas de ingresso
Técnico Integrado ao Ensino Médio em Análises Clínicas	30	Processo seletivo (Prova)
Técnico Integrado ao Ensino Médio em Meio Ambiente	30	Processo seletivo (Prova)
Técnico Integrado ao Ensino Médio em Vigilância em Saúde	30	Processo seletivo (Prova)
Técnico Integrado ao Ensino Médio em Enfermagem	35	Processo seletivo (Palestra - Sorteio)
Licenciatura em Ciências Biológicas	21	ENEM
	9	SISU

Fonte: IFG, SUAP 2025.

Quadro 5: Número de alunos por curso - Ano referência 2025

Descrição	Modalidade	QTD
Técnico Integrado em Vigilância em Saúde	Técnico Integrado Integral	75
Técnico Integrado em Análises Clínicas	Técnico Integrado Integral	75

Técnico Integrado em Enfermagem - Proeja	Técnico Integrado EJA	103
Técnico Integrado em Meio Ambiente	Técnico Integrado Integral	78
Licenciatura em Ciências Biológicas	Licenciatura	101

Fonte: IFG, SUAP 2025.

Quadro 6: Relação de Docentes lotados do Câmpus Águas Lindas, 2025.

#	Nome	Funções	Disciplina
1	Alice de Barros Gabriel	Prof. EBTT	Filosofia
2	Aline Pereira da Silva	Prof. EBTT	Enfermagem
3	Ana Paula Gomes de Oliveira	Prof. EBTT	Letras - Português/Inglês
4	Antonio Claudio de A. Junior	Prof. EBTT	Biologia Geral
5	Antonio Maciel Goes	COORDENADOR(A) DE CURSOS	Matemática
6	Ayla Maria de Abreu Alves	Prof. EBTT	Letras - Português/Inglês
7	Bruno Cesar Rodrigues Lima	Prof. EBTT	Matemática
8	Bruno Pilastre de S. S. Dias	Prof. EBTT	Letras/Português
9	Camila de Souza M. Silva	Prof. EBTT	Sociologia
10	Clemente B. Soares Neto	Prof. EBTT	Biologia
11	Daniel de Jesus dos Santos Costa	Prof. EBTT (CONT.PROF.SUBSTITUTO)	Artes
12	Danielly Bandeira Lopes	Prof. EBTT	Enfermagem
13	Danilo da Silva Lima	COORDENADOR(A) DE CURSO	Biologia Geral
14	Dirceu Luiz Hermann	COORDENADOR(A) DE CURSO	Filosofia
15	Emily Nayana N. de Melo	Prof. EBTT	Enfermagem
16	Fabio Teixeira Kuhn	COORDENADOR(A) DE CURSO	Farmacologia Bioquímica e Molecular
17	Feliciano Ortellado Acosta	Prof. EBTT (CONT.PROF.SUBSTITUTO)	Português/Espanhol
18	Fernanda Letícia da S. Campanati	COORDENADOR(A)	Enfermagem
19	Fernando C. de A. Fonseca	Prof. EBTT	Biologia Geral
20	Flavia A. Vieira de Araujo	Prof. EBTT	Geografia
21	Helio de Souza Junior	Prof. EBTT	Biomedicina
22	Herick Soares de Santana	GERENTE	Biologia Geral
23	Hudson Umbelino dos Anjos	Prof. EBTT	Matemática

24	Ione Silva Barros	Prof. EBTT	Saúde Coletiva
25	Juliana Pamela L. de Souza	Prof. EBTT (CONT.PROF.SUBSTITUTO)	Enfermagem
26	Leonardo Ramos da Silveira	Prof. EBTT	Engenharia Sanitária
27	Lilian Silva do Amaral Suzuki	Prof. EBTT (CONT.PROF.SUBSTITUTO)	Sociologia
28	Lourenzo Martins de Brito	Prof. EBTT	Educação Física
29	Maicon Borges Euzébio	Prof. EBTT	Enfermagem
30	Maraisa Bezerra Lessa	Prof. EBTT (ATIVO EM OUTRO ÓRGÃO)	Sociologia
31	Marcelo Alves de Lourdes	Prof. EBTT (CONT.PROF.SUBSTITUTO)	Ciência da Computação
32	Marco Antonio Oliveira Lima	Prof. EBTT	Educação Física
33	Marco A. Ninomia Passos	Prof. EBTT	Biologia
34	Marcos Frizzarini	Prof. EBTT	Física
35	Mariana Magalhaes Nobrega	DIRETOR(A) GERAL	Bioquímica
36	Maryella Goncalves Sobrinho	Prof. EBTT	Artes
37	Monaise Madalena O. Loula	Prof. EBTT	Saúde Pública
38	Nilson Tavares Filho	Prof. EBTT	Química
39	Patricia Carvalho de Oliveira	Prof. EBTT	Enfermagem
40	Paulo Alves da Silva	CHEFE DO DAA	Educação
41	Pollyanna de O. Brito Melo	Prof. EBTT	Artes
42	Rafael de Melo Monteiro	Prof. EBTT	Geografia
43	Renata Crispim Batista	COORDENADOR(A) DE CURSO	Química
44	Renato Welmer Veloso	Prof. EBTT	Engenharia Ambiental
45	Ross da Silva Santos	Prof. EBTT	Letras/Espanhol
46	Thainara Policarpo Mendes	Prof. EBTT	Biologia
47	Thatiane Marques Torquato	Prof. EBTT	Enfermagem
48	Thiago Mureebe Carrijo	Prof. EBTT	Física
49	Tiago Gomes de Araujo	Prof. EBTT	História
50	Vandicelia Nascimento dos Santos	Prof. EBTT (CONT.PROF.SUBSTITUTO)	Letras - Português/Inglês
51	Vinicius Felipe Leal Machado	Prof. EBTT	História
52	Zilka dos S. de F. Ribeiro	Prof. EBTT	Enfermagem

Fonte: IFG, SUAP 2025.

Quadro 7: Relação de TAEs lotados no Câmpus Águas Lindas, 2025.

#	Nome	Cargo	Funções
1	Adriana Rosely Silva	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (PCIFE) - 701079	FG2 - LIN-CAA:COORDENADOR(A)
2	Adriano Cordeiro de Lima	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO (PCIFE) - 701226	FG1 - LIN-CGOF:COORDENADOR(A)
3	Alessandra Rodrigues Lima	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (PCIFE) - 701079	
4	Andre Rosa Ferreira Brandao	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	
5	Arthur Vinicius Silva Lima	PSICOLOGO-AREA (PCIFE) - 701060	
6	Aurimar Andrade Dias	CONTADOR (PCIFE) - 701015	
7	Camila Roberta Estefano Nery	TECNICO DE LABORATORIO AREA (PCIFE) - 701244	CD4 - LIN-GA:GERENTE
8	Carla Adriana Oliveira Silva	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	FG1 - LIN-CAA:COORDENADOR(A)
9	Cristiele dos Santos Souza	TECNICO DE LABORATORIO AREA (PCIFE) - 701244	
10	Cristofer Igo Gomes dos Santos	TÉCNICO EM AUDIOVISUAL (PCIFE) - 701221	FG2 - LIN-CRA:COORDENADOR(A)
11	Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (PCIFE) - 701079	
12	Estela Francisca Fernandes de Andrade	AUXILIAR DE ENFERMAGEM (PCIFE) - 701411	

13	Flavia de Souza Brito	ASSISTENTE SOCIAL (PCIFE) - 701006	
14	Guiomar de Maria Lobato Santos Alves	PEDAGOGO-AREA (PCIFE) - 701058	FG1 - LIN-CA:COORDENADOR(A)
15	Heleones Tertuliano da Silva	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (PCIFE) - 701079	
16	Irismar Araujo da Silva	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	FG2 - LIN-CRHAS:COORDENADOR(A)
17	Ivani Bispo dos Santos	TÉCNICO EM SECRETARIADO (PCIFE) - 701275	FG1 - LIN-NAPNE:CHEFE DE GABINETE
18	Janaina Karla Pereira da Silva Rodrigues Firmino	PEDAGOGO-AREA (PCIFE) - 701058	(Em outro órgão)
19	Janaina Vidal Pereira	JORNALISTA (PCIFE) - 701045	
20	Joao Paulo de Castro Cotrim	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	
21	Jose Renato Oliveira Dias	TECNOLOGO-FORMACAO (PCIFE) - 701081	FG1 - LIN-CG:CHEFE DE GABINETE
22	Junio Bezerra dos Santos	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	
23	Marciria Castellani Rocha Oliveira	ASSISTENTE SOCIAL (PCIFE) - 701006	
24	Marcos Paulo Pereira da Costa	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO (PCIFE) - 701226	
25	Myriam Martins Lima	BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA (PCIFE) - 701010	FG2 - LIN-CB:COORDENADOR(A)
26	Paulo Eduardo Martins de Oliveira	ASSISTENTE DE ALUNO (PCIFE) - 701403	(Em outro órgão)

27	Raul Bruno Dutra	ASSISTENTE DE ALUNO (PCIFE) - 701403	FG2 - LIN-CAP:COORDENADOR(A)
28	Roberta Rodrigues Oliveira	TÉCNICO EM ENFERMAGEM (PCIFE) - 701233	
29	Tiago Amaro dos Santos	BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA (PCIFE) - 701010	(Em outro órgão)
30	Valdemir dos Santos Luz	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	
31	Warley Francisco de Freitas	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO (PCIFE) - 701200	
32	William Stefano Silva	SECRETÁRIO EXECUTIVO (PCIFE) - 701076	
33	Wilton Bernardes da Silva	TECNICO DE LABORATORIO AREA (PCIFE) - 701244	

Fonte: IFG, SUAP 2025.

3. ATOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em primeiro lugar é preciso contextualizar o/a leitor/a sobre quais são os atos e processos regulatórios que as Instituições de Ensino Superior - IES - estão submetidas e o papel das CPAs nos mesmos. Deste modo, tendo em vista a conformidade e a qualidade da oferta de cursos de educação superior no Brasil, o MEC/ INEP condiciona o funcionamento das IES e a oferta de cursos a atos regulatórios de Credenciamento e Recredenciamento Institucional; Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação, disciplinados pela Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010 e, o Decreto 5773 de 09 maio de 2006.

Os processos regulatórios realizados pelo INEP consideram e avaliam as IES a partir de avaliações externas e internas, conforme quadro a seguir:

Quadro 8: Avaliações internas e externas no IFG, 2025.

Avaliações internas	Avaliações Externas	Indicadores de Qualidade
Relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA	Avaliações <i>in loco</i> , relacionadas aos processos de credenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos Superiores de Graduação	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE
		Conceito Preliminar de Curso (CPC), gerado a partir do ENADE e outros insumos.
		Índice Geral dos Cursos - IGC , gerado a partir dos CPCs e outros insumos.

3.1 Avaliações externas

3.1.1 Avaliações *in loco*

As avaliações *in loco* compõem os processos regulatórios da educação superior. Tais avaliações são realizadas por comissões do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em visita à IES, com objetivo de avaliar as instituições, nos processos de credenciamento e reconhecimentos, e seus cursos, nos processos de autorização, reconhecimento de curso e renovação de reconhecimento de curso).

O INEP utiliza instrumentos próprios que identificam o perfil institucional por meio de seus cursos, atividades, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

No Instrumento de Avaliação Institucional do INEP, documento norteador das avaliações institucionais, as 10 dimensões do PDI são organizadas em 5 eixos, conforme quadro que segue:

Quadro 9: Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP, 2025.

EIXOS	DIMENSÕES
-------	-----------

Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional	Considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
Eixo II -Desenvolvimento Institucional	Contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.
Eixo III – Políticas Acadêmicas	Abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos discentes do Sinaes).
Eixo IV – Políticas de Gestão	Compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.
Eixo V – Infraestrutura Física	Corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

No âmbito dos cursos, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do INEP, deverão ser avaliadas três dimensões:

Quadro 10: Dimensões avaliadas pelo INEP, 2025.

Dimensão 1	Organização Didático-Pedagógica
Dimensão 2	Corpo docente e tutorial
Dimensão 3	Infraestrutura

3.1.2 Avaliações *in loco* IFG/2025

O Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas do Câmpus Águas Lindas, do Instituto Federal de Goiás, iniciou suas atividades no ano letivo de 2019. Ante a essa questão ressalta-se que a primeira avaliação *in loco*, do curso, foi realizada durante o ano de 2024 e os resultados da mesma ainda não foram divulgados pelo INEP.

3.1.3 Demais indicadores de qualidade

ENADE - O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O Ministério da Educação define, anualmente, as áreas propostas pela Comissão de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes-Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

A principal legislação que rege o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE é a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010. Porém, a cada edição do ENADE, é publicada uma nova portaria normativa, o que gera especificidades de normas para cada edição. Encontramos, ainda, normatização sobre o ENADE na Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes:

Art. 5o A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1o O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Curso de capacitação 2014 21

§ 2o O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3o A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4o A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5o O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

CPC e IGC- Conforme Portaria Normativa MEC nº 40:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

I - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa no 4, de 05 de agosto de 2008;

II - de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa no 12, de 05 de setembro de 2008;

III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;

§ 1º O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infra-estrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

§ 2º O IGC será calculado anualmente, considerando: I - a média dos últimos CPC's disponíveis dos cursos avaliados da Instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

Para os indicadores de qualidade - CPC e IGC - e para as avaliações *in loco*, serão atribuídos conceitos avaliativos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, onde, conceitos 1 e 2 são considerados insatisfatórios; conceito 3 é considerado satisfatório; conceito 4 é considerado um bom conceito de qualidade e; conceito 5 é considerado um excelente conceito de qualidade.

3.2 Avaliações Internas

Com o objetivo de implantar os processos de avaliação nas instituições de ensino superior, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e determinou a criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) como forma de avaliação interna, na qual daremos destaque:

Art. 11. Cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da Instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de educação superior. (BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

O depósito dos relatórios de avaliação institucional no sistema e-MEC¹ é uma das principais frentes de trabalho da Comissão Própria de Avaliação. A regularidade dos relatórios é requisito para o prosseguimento do processo de credenciamento da Instituição, conforme regulamentação publicada pelo MEC:

Art. 61-D Será mantido no cadastro e-MEC, junto ao registro da Instituição, campo para inserção de relatório de autoavaliação, validado pela CPA, a ser apresentado até o final de março de cada ano, em versão parcial ou integral, conforme se trate de ano intermediário ou final do ciclo avaliativo. (BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010).

Em relação à esta responsabilidade primordial da CPA, a Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP estabeleceu os seguintes prazos e procedimentos para o envio dos relatórios ao MEC:

Prazo Geral: As instituições de educação superior costumam ter até o dia 31 de março de cada ano para enviar o relatório de autoavaliação por meio do sistema e-MEC.

- até 31 de março de 2025 – 1º relatório parcial²
- até 31 de março de 2026 – 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2027 – relatório integral

3.2.1 Evolução e Consolidação do Processo de Autoavaliação do IFG

A autoavaliação institucional no IFG teve início em 2004 com a implantação da CPA, que tão logo constituída, mediante Portaria nº 313, de 12/08/2004 e alterada pela Portaria 601, de 23/11/2004, teve lugar a primeira etapa do trabalho, ou seja, a preparação da elaboração do projeto e regulamento da CPA. Desde o ano de 2005 a CPA têm elaborado seus relatórios de autoavaliação.

Um marco importante para o trabalho da CPA foi a implantação das Subcomissões Locais de Avaliação (SLAs), a partir do ano de 2015, conforme o disposto no § 1º, Art. 8º, do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, aprovado pela Resolução nº 006, de 31 de março de 2014. Como resultado desta ação, foram formadas as subcomissões nos Câmpus: Anápolis, Formosa, Goiânia, Itumbiara, Jataí e Luziânia. Em 2016, Subcomissões Locais foram implantadas no demais Câmpus do IFG.

¹e-MEC: Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.

² No que tange ao Câmpus Águas Lindas a CPA local foi recomposta em 2025/2 fato que impossibilitou a realização do relatório parcial referente à 31 de março de 2025.

Em consonância com a legislação vigente, a CPA do IFG atua de forma autônoma e independente dos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição e, para fins de suporte administrativo, a CPA é vinculada à Diretoria Executiva.

E cabe destacar que o Plano de Autoavaliação Institucional tornou-se um instrumento de grande importância para a evolução e a consolidação do Processo de Autoavaliação, uma vez que permite definir metodologias, processos, critérios, bem como, a avaliação dos mesmos na etapa da meta-avaliação. Desta forma, a avaliação do processo anterior permite um melhor planejamento do processo avaliativo posterior.

3.2.2 Atual composição da CPA do IFG

A CPA é organizada por uma Comissão Central e Comissões Locais de Avaliação (CPAL). A Comissão Central é constituída por representantes eleitos, titulares e suplentes, do corpo docente, técnico-administrativo, discentes e representantes da sociedade civil e, as Subcomissões Locais são compostas por representantes do corpo docente, técnico-administrativo, discentes e seus respectivos suplentes.

A CPA compreende a autoavaliação institucional como um processo de compromisso coletivo e formativo, de diagnóstico, que tem como objetivos identificar as potencialidades e as fragilidades institucionais e propor melhorias nas suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. O Quadro 11 apresenta a equipe da CPA Central do IFG, instituída pela Portaria nº 5860 - REITORIA/IFG, de 19 de novembro de 2025.

Quadro 11: Composição da CPA Central do IFG, 2025.

CPA CENTRAL - PORTARIA Nº 5860 - REITORIA/IFG, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025			
Nome	Câmpus/Instituição	Segmento	Função
Michele Siqueira	Câmpus Anápolis	Docente	Titular (Coordenadora)
Aniela Pilar Campos de Melo	Câmpus Cidade de Goiás	Docente	Titular (Secretária)
Larissa Messias Moraes	Câmpus Aparecida de Goiânia	Docente	Titular

Marcos de Luca Rothen	Câmpus Goiânia	Docente	Suplente
Divino Gabriel Lima Pinheiro	Câmpus Formosa	Docente	Suplente
Jeovane Dias Coelho	Câmpus Goiânia Oeste	Docente	Suplente
Sthéfanny Mémore do Carmo	Câmpus Formosa	Discente	Titular
Bárbara Angela Scandiuzzi de Souza	Câmpus Jataí	Discente	Titular
Gabriel Nascimento de Oliveira	Câmpus Itumbiara	Discente	Titular
Luís Arthur Rodrigues Costa	Câmpus Itumbiara	Discente	Suplente
Carlos Daniel Rodrigues de Sousa	Câmpus Jataí	Discente	Suplente
Carlos Alberto dias da Silva Junior	Câmpus Jataí	Discente	Suplente
Viviane Bueno Guimaraes	Câmpus Jataí	Técnico-Administrativo em Educação	Titular
Patricia Souza Barbosa Oliveira	Câmpus Jataí	Técnico-Administrativo em Educação	Titular
Walter Pereira de Freitas	Câmpus Jataí	Técnico-Administrativo em Educação	Titular
Raoni Ribeiro Guedes Fonseca Costa	UEG	Sociedade Civil Organizada	Titular
Lidiane Monteiro de Abreu	IEL	Sociedade Civil Organizada	Titular
Rejane Carmo Rezende Dias	UEG	Sociedade Civil Organizada	Titular
Eliene Mariano da Silva	Pacto pela Inovação	Sociedade Civil Organizada	Suplente
Carla Carolina Batista Machado	PUC	Sociedade Civil Organizada	Suplente
Karolline Fernandes Siqueira	HUB Goiás	Sociedade Civil Organizada	Suplente

Fonte: Boletim de Serviços IFG.

As competências da Comissão Própria de Avaliação (Central) são:

- Discutir, elaborar, socializar e implantar o Plano de Avaliação Institucional, envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica;
- Acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades avaliativas desenvolvidas pelas Subcomissões em cada Câmpus que integra o IFG;
- Sistematizar os dados apresentados nos Relatórios de Autoavaliação Locais, elaborados pelas Subcomissões de Avaliação, dos diversos Câmpus que integram o IFG, de forma a constituir um único Relatório;

- Elaborar Relatórios de Autoavaliação Institucional: com postagem da versão integral até **31/03/2027**, conforme orientações da Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP;
- Divulgar os resultados da autoavaliação mediante reuniões e documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, acessíveis às comunidades interna e externa;
- Acompanhar os processos de avaliação externa da Instituição e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);
- Sistematizar as sugestões das subcomissões para a promoção do desenvolvimento institucional;
- Prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP e à comunidade acadêmica.
- Acompanhar a implementação das propostas de melhorias encaminhadas aos gestores pela CPA.
- Proceder à devolutiva institucional dos resultados das avaliações externas e internas aos sujeitos envolvidos no processo;
- Manter arquivo das atividades realizadas.

3.2.3 Composição da CPAL do Câmpus Águas Lindas - 2025

A composição da CPAL dos Câmpus do IFG, incluindo o Câmpus Águas Lindas, é estruturada com base em princípios legais e institucionais que asseguram a representatividade e a participação democrática dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil. Conforme estabelecido pelo regulamento institucional da CPA, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), cada comissão local deve ser composta por representantes dos principais segmentos que constituem a instituição.

Nesse sentido, a CPAL é formada, no mínimo, por oito membros titulares, distribuídos de maneira paritária entre quatro segmentos: docentes, técnico-administrativos, discentes e representantes da sociedade civil organizada. Especificamente, são previstos dois representantes de cada segmento, podendo haver também suplentes, conforme definido em normativas institucionais .

A escolha desses membros ocorre por meio de processos distintos. Os representantes internos (docentes, técnicos administrativos e discentes) são, em geral, eleitos por seus pares, garantindo legitimidade e participação democrática. Já os

representantes da sociedade civil são indicados pelo Conselho de Câmpus (Concâmpus), reforçando o vínculo entre a instituição e a comunidade externa .

Além disso, a comissão local possui uma estrutura organizacional interna, com a designação de um coordenador e um secretário, escolhidos entre os membros servidores da própria comissão. Esses cargos são responsáveis pela condução dos trabalhos, organização das atividades e interlocução com a CPA Central do IFG.

Outro aspecto relevante é que a composição da CPA deve respeitar o princípio da paridade, evitando a predominância de qualquer segmento sobre os demais, o que garante equilíbrio nas decisões e análises institucionais . Caso o processo eleitoral não preencha todas as vagas previstas, o Conselho de Câmpus pode indicar membros para completar a composição, assegurando o funcionamento pleno da comissão .

Por fim, destaca-se que os membros da CPA possuem mandato determinado, geralmente de três anos, com possibilidade de recondução, conforme estabelecido no regulamento institucional. A comissão atua de forma autônoma em relação aos demais órgãos colegiados, sendo responsável pela condução dos processos de autoavaliação institucional e pela elaboração dos relatórios que subsidiam a gestão acadêmica e administrativa do Câmpus.

O Quadro 6 apresenta a composição da comissão local do IFG Câmpus Águas Lindas de Goiás e sua respectiva portaria.

Quadro 12: Composição da Comissão Local do Câmpus Águas Lindas, 2025.

REPRESENTANTES POR SEGMENTO			
Docente	TAE	Discente	Portaria
Helio de Souza Júnior (Presidente)	Marciria Castellani Rocha Oliveira	Erick Monerat	Nº853/2026
Marco Antônio Oliveira Lima (Secretário)	Roberta Rodrigues de Oliveira	João Paulo Cunha de Oliveira	Nº853/2026
Zilka dos Santos de Freitas Ribeiro		Natanael Pereira Silva (Suplente)	Nº853/2026

Fonte: Boletim de Serviços IFG.

São responsabilidades das CPAL:

- Socializar e implementar o Plano de Avaliação Institucional definido pela CPA;

- Mobilizar a participação da comunidade acadêmica, de cada Câmpus, no processo de avaliação institucional;
- Divulgar o processo de autoavaliação, bem como seus resultados, mediante reuniões e documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, acessíveis às comunidades interna e externa;
- Acompanhar e divulgar os processos de avaliação externa da Instituição e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);
- Organizar e acompanhar a aplicação dos instrumentos de avaliação nos Câmpus, assim como a análise e sistematização dos dados coletados;
- Elaborar o Relatório de Autoavaliação Local, avaliando seus respectivos Câmpus e cursos;
- Apontar, no Relatório de Autoavaliação Local, as dificuldades/pontos fracos, os pontos fortes e propostas de desenvolvimento para seus respectivos Câmpus, cursos e para a Instituição;
- Prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP e a comunidade acadêmica;
- Acompanhar a implementação das propostas de melhorias encaminhadas aos gestores pela CPA.
- Proceder a devolutiva institucional dos resultados das avaliações externas e internas aos sujeitos envolvidos no processo e acompanhar as ações de melhoria, decorrentes da autoavaliação;
- Manter arquivo das atividades realizadas.

3.2.4 Seminário de Autoavaliação

O Seminário anual é um momento de refletirmos sobre o trabalho a ser desenvolvido pela CPA, tanto nas autoavaliações quanto nas avaliações externas às quais o IFG está submetido, bem como, buscar o envolvimento da equipe de gestores em torno das discussões sobre a articulação entre o PDI e a autoavaliação institucional. O PDI é um documento essencial que delinea as diretrizes e o planejamento institucional durante cinco anos, em que é estabelecido metas e indicadores e deve estar relacionado e articulado à Autoavaliação Institucional.

Em 2025, o seminário de autoavaliação aconteceu no mês de novembro e contou com a participação dos membros da CPA Central e dos membros das CPA

Locais e teve como principal ponto de discussão a retomada do processo de autoavaliação institucional, o estabelecimento de calendário de autoavaliação para o ciclo 2025-2027, o formação dos membros sobre as atribuições e responsabilidades das CPA Locais e o treinamento para a aplicação dos questionários de autoavaliação 2025.

O Seminário aconteceu de forma virtual para que a participação dos membros de todos os Câmpus pudesse ser otimizada.

7. METODOLOGIA

A metodologia adotada no processo de autoavaliação 2025 foi delineada no Plano de Autoavaliação a partir da experiência progressa da CPA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, dos recursos institucionais disponíveis. A CPA elaborou um questionário com base nos questionários dos anos anteriores com a finalidade de deixá-lo mais sucinto e objetivo.

O presente relatório tem por finalidade apresentar a análise dos dados provenientes de múltiplas fontes produzidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela instituição, considerando as demandas institucionais, as especificidades de cada contexto analisado e o nível de aprofundamento requerido pela dinâmica de atuação da CPA.

Nas seções subsequentes, são detalhados o delineamento metodológico do estudo, os eixos e dimensões avaliativas contemplados, bem como a caracterização da população pesquisada, seus respectivos estratos e unidades de análise. Também são descritos os instrumentos e procedimentos de coleta de dados empregados, as escalas adotadas nos processos de autoavaliação e os critérios técnicos utilizados para a interpretação e análise das informações obtidas.

7.1 Delineamento do Estudo

Neste ciclo do processo de avaliação institucional de 2025, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicou questionários, por meio do Google Forms, a todos os segmentos da comunidade acadêmica, incluindo discentes, docentes e técnicos-administrativos dos campi e da Reitoria. O estudo abrange um diagnóstico e

uma análise da Instituição considerando-se 02 (dois) eixos e suas respectivas dimensões, conforme previstos no instrumento de avaliação institucional.

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e o plano de desenvolvimento institucional.

Dimensão 3: a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

7.2 Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados

O diagnóstico das potencialidades e fragilidades do IFG (autoavaliação), conduzido pela CPA, baseou-se na consulta à comunidade acadêmica por meio de questionários elaborados pela própria Comissão, que contemplaram dados quantitativos e qualitativos. Ao todo, foram aplicados quatro questionários, destinados aos diferentes segmentos: discentes, docentes, técnicos-administrativos dos campi e técnicos-administrativos da Reitoria. Além disso, o processo também incluiu a análise de documentos oficiais, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da realidade institucional.

7.3 Questionários

No ciclo do processo de avaliação institucional referente ao ano de 2025, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) utilizou formulários eletrônicos elaborados na plataforma Google Forms, nos quais foram inseridos questionários estruturados com questões fechadas. As alternativas de resposta adotadas foram: “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim”, “péssimo” e “não sei”.

Os questionários foram desenvolvidos de modo a contemplar as especificidades de cada segmento da comunidade acadêmica — discentes, docentes e servidores técnico-administrativos — distribuídos nos 14 câmpus da instituição e na Reitoria. No que se refere ao conteúdo, os instrumentos abordaram, de forma objetiva e concisa, os eixos de Planejamento e Avaliação Institucional e Desenvolvimento Institucional, com o propósito de minimizar ambiguidades de interpretação e reduzir a complexidade do instrumento avaliativo.

A consulta foi realizada no período de 1º a 22 de dezembro de 2025. Para a divulgação do processo avaliativo, foram utilizados diferentes canais institucionais, incluindo a página eletrônica da instituição, o envio de mensagens por e-mail institucional, boletins informativos e redes sociais oficiais.

Ressalta-se que a participação na pesquisa de autoavaliação ocorreu de forma espontânea e não obrigatória. Ainda assim, as comissões locais promoveram ações de sensibilização junto à comunidade acadêmica, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a importância do processo de avaliação institucional e estimular a adesão dos três segmentos.

7.4 Definição da População da Pesquisa

A população de pesquisa considerada no estudo foi a comunidade acadêmica do IFG, composta pelos três segmentos: o corpo docente, os estudantes e servidores técnico/as-administrativos/as. Um dos principais desafios enfrentados pela CPA local no processo de autoavaliação institucional consiste em mobilizar e envolver todos os segmentos da comunidade acadêmica, de modo a alcançar níveis efetivos de participação e representatividade, considerando que o preenchimento dos questionários não possui caráter obrigatório.

Deste modo, dada uma população de 517 membros da comunidade acadêmica (docentes, técnicos/as-administrativos/as e discentes) do Câmpus Águas Lindas do IFG, em 2025, nossa amostra foi constituída por 15 docentes (28,85% do segmento docente), 4 alunos (0,93% do segmento de estudantes matriculados na graduação) e 9 servidores TAE's (27,27% do segmento TAE). Foram considerados somente os questionários respondidos de forma completa e finalizados na plataforma Google Forms. O Quadro 13 apresenta uma síntese da população e amostra considerada.

Quadro 13: População e amostra por estratos correspondentes do Câmpus Águas Lindas, 2025.

	Segmentos			
	Docentes	Discentes	TAE's	Total
População	52	432	33	517
Amostra	15	4	9	28
Percentual	28,85%	0,93%	27,27%	5,42%

Fonte: SUAP/IFG, 2025; Pesquisa de Autoavaliação Institucional, 2025.

Do ponto de vista da participação da comunidade acadêmica na Pesquisa de Autoavaliação Institucional, em relação a 2025, se comparados aos dados da pesquisa de 2020, identifica-se que houvera decréscimo na participação da comunidade acadêmica em todos os segmentos, sendo que o decréscimo total foi de 75,22% (Quadro 14).

Quadro 14. Participação na Autoavaliação Institucional por segmento da comunidade (2018-2025).

Segmento	Ano				Evolução de 2025 em relação a 2022
	2018	2019	2020	2025	
Docentes	37	33	35	15	-57,14%
Discentes	-	30	55	4	-92,73%
TAEs	16	17	23	9	-60,87%
Total	53	80	113	28	-75,22%

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2020; Pesquisa de Autoavaliação Institucional, 2025.

7.5 Consulta a Documentos Institucionais

Para complementar e qualificar a análise dos dados obtidos na pesquisa quantitativa consultou-se documentos de diversos âmbitos do IFG. Tais como:

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023);
- Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI 2018);

- Relatórios de Avaliações Externas, vinculadas aos processos regulatórios da educação superior;
- Relatórios de Pró-Reitorias, e outros departamentos.

7.6 Escalas, critérios de análise dos resultados e indicações à Gestão

No questionário de autoavaliação, a metodologia de tratamento, classificação e indicações das fragilidades e potencialidades institucionais buscou avaliar os diferentes graus da aprovação de um aspecto, entretanto, verificando o conhecimento, pertencimento e participação por meio de perguntas cujas opções de respostas foram “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim”, “péssimo” e “não sei”, resultando em um questionário menos denso, complexo e cansativo.

A metodologia adotada em relatórios anteriores, com possibilidade de respostas apenas entre "SIM" ou "NÃO", embora resultasse em maior objetividade e simplificação do questionário em sua construção, demonstrava fragilidades significativas no contraste das respostas de algumas perguntas.

Desde a autoavaliação de 2020, a CPA adota uma metodologia que considera perguntas em cinco escalas avaliativas de satisfação, e uma alternativa de “escape” (desconhecimento, inexistência ou não ocorrência). São critérios de análise e indicação, conforme segue:

- Ótimo: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado e considera um padrão de notoriedade e excelência.
- Bom: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado, entretanto não considera um padrão de notoriedade e excelência.
- Regular: o respondente faz críticas negativas ao item avaliado e considera que o padrão pode ser melhorado.
- Ruim: o respondente considera que o item avaliado está aquém da qualidade esperada e possível.
- Péssimo: o respondente considera que o item avaliado exige medidas corretivas urgentes.
- Não sei: o respondente não tem conhecimento ou familiaridade com o item em questão.

Como forma de estabelecer uma metodologia de tratamento dos resultados e elaborar indicações claras aos gestores sobre os aspectos que merecem maior atenção

no âmbito institucional, buscou-se adotar uma categorização da proporção de aprovação (proporção de "Bom" e "Ótimo") obtida em cada um dos aspectos avaliados. Essa síntese gerou os seguintes indicativos de ação:

MANTER: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for igual ou maior que 76%, considera-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.

DESENVOLVER: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 51% a 75,99%, considera-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.

MELHORAR: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 26% a 50,99%, considera-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.

SANAR: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for até 25,99%, considera-se que o indicador necessita de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.

7.7 Cronograma de execução das ações

Para condução do processo de autoavaliação, a CPA utilizou-se de dois pilares: 1) ações de divulgação do questionário Sensibilização da Comunidade e 2) elaboração do Relatório de Autoavaliação Locais e Institucional de 2025. Assim, as Comissões Locais e a CPA (central) tiveram o seguinte cronograma (Quadro 15 e 16):

Quadro 15: Cronograma de execução das atividades de sensibilização, referente aos processos de autoavaliação 2025.

Ação	Atividade	Responsável	Período
Reunião de capacitação das Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus	Esclarecimento sobre as atribuições da CPA central e CPA Câmpus, as legislações que regem o processo de autoavaliação e a relação da autoavaliação com os processos regulatórios da educação superior.	CPA Central	Novembro de 2025

Envolvimento dos membros da CPA (central e de Câmpus), de forma contínua e efetiva.	A atuação da CPA exige integração entre seus membros e ações a serem desenvolvidas durante todo o processo. Tal integração foi realizada por meio de reuniões presenciais, e-mails, grupo de whatsapp e memorandos.	CPA central e CPA dos Câmpus em seus respectivos âmbitos de atuação.	Permanente
Divulgação do material da CPA	Fixar banners, convidando a comunidade a participar da autoavaliação, bem como divulgar em redes sociais, e-mail e nas páginas eletrônicas dos Câmpus do IFG.	CPA central e CPA dos Câmpus em seus respectivos âmbitos de atuação.	Novembro e Dezembro 2025
Aplicação de questionário de autoavaliação	Sensibilizar a comunidade quanto à importância do preenchimento e acompanhar o preenchimento dos discentes nos laboratórios.	CPA dos Câmpus	Dezembro de 2025

Quadro 16: Cronograma de atividades para Elaboração dos Relatórios Locais e Institucional - 2025.

Ação	Atividade	Responsável	Período
Elaboração do questionário.	Os questionários foram elaborados a partir de 2 eixos de avaliação.	CPA	Outubro de 2025
Aplicação dos questionários	Mobilizar a comunidade acadêmica e acompanhar o preenchimento do questionário, de modo a alcançar um percentual de amostragem satisfatório. Recomenda-se acompanhar estudantes aos laboratórios, garantindo o preenchimento.	CPA dos Câmpus	Dezembro de 2025
Tabulação dos dados	Tabular os dados dos questionários e disponibilizá-los às CPA's dos Câmpus	CPA	Janeiro de 2026
Análise dos dados quantitativos e	As comissões (CPA's dos Câmpus) deverão analisar os dados dos questionários e	CPA central e CPA's dos Câmpus em	Fevereiro e março de 2026

consulta aos documentos institucionais	consultar os documentos institucionais para qualificação dos dados de seus respectivos Câmpus; A CPA central analisou os dados dos questionários e consultou os documentos institucionais para qualificação dos dados da Instituição; A sistematização da análise apresentada em quadros no apêndice.	seus respectivos âmbitos de atuação.	
Elaboração do Relatório de Autoavaliação	Escrita dos Relatórios: Locais e Institucional, obedecendo a estrutura apresentada no apêndice	CPA central e CPA's dos Câmpus em seus respectivos âmbitos de atuação.	Fevereiro e março de 2026
Postagem no e-MEC	Encaminhamento do Relatório à Procuradoria Educacional Institucional e Postagem no E-Mec.	CPA	31 de março de 2026

8. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentados os resultados da autoavaliação institucional de 2025, acompanhados de análises quantitativas e qualitativas. A interpretação dos dados, aliada à consulta a setores internos e à revisão de documentos institucionais, possibilitou a identificação de pontos fortes e fragilidades, além de subsidiar propostas de melhoria voltadas ao desenvolvimento institucional.

As informações estão organizadas de acordo com os eixos e dimensões do SINAES, seguindo a seguinte estrutura: apresentação dos questionamentos aplicados na pesquisa de autoavaliação, fundamentados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), na legislação vigente e em documentos orientadores do MEC/INEP; análise dos dados quantitativos, contemplando taxas de aprovação e respostas “Não sei”, por segmento da comunidade acadêmica; indicação dos níveis de fragilidade e potencialidade dos itens avaliados, considerando o desempenho por segmento e os

indicadores definidos pela CPA; e discussão qualitativa dos resultados, integrando percepções, evidências documentais e o contexto institucional.

Conforme descrito na metodologia, o nível de fragilidade ou potencialidade é determinado com base no percentual de respostas classificadas como “BOM” ou “ÓTIMO” pelos participantes, o que permite priorizar ações corretivas ou de fortalecimento de acordo com os resultados obtidos.

No presente relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA), registra-se que os dados referentes ao segmento discente não foram considerados na construção das tabelas nem na análise dos resultados. Tal decisão fundamenta-se no reduzido número de respostas obtidas, uma vez que apenas 4 discentes participaram do processo avaliativo, em um universo de 432 alunos, o que corresponde a 0,93% do total — percentual inferior ao mínimo necessário para assegurar representatividade estatística e consistência analítica. Diante deste cenário, optou-se por utilizar exclusivamente os dados provenientes dos segmentos de docentes e de técnicos administrativos em educação para fins de análise institucional.

Ressalta-se que a baixa adesão discente esteve diretamente relacionada, sobretudo, à exigência de preenchimento do instrumento avaliativo por meio de formulário do Google vinculado ao e-mail institucional, o que se configurou como uma limitação significativa, considerando que parcela expressiva dos estudantes não possui acesso regular ou apresentou dificuldades no uso desse recurso. Tal constatação evidencia uma fragilidade nos mecanismos de comunicação e acesso institucional que demanda aperfeiçoamento.

Ademais, destaca-se que o curto período destinado à divulgação do processo avaliativo, aliado ao prazo exíguo para participação, impossibilitou a realização de ações mais efetivas de mobilização e orientação junto ao corpo discente, especialmente no que se refere ao acesso ao e-mail institucional. Esses fatores, em conjunto, contribuíram para a baixa participação dos estudantes na avaliação da CPA referente ao ano de 2025 do Câmpus Águas Lindas do IFG.

Os dados analisados referem-se às respostas obtidas no processo de autoavaliação institucional do Câmpus Águas Lindas do IFG, referentes aos Eixo 1 Planejamento e Avaliação Institucional em sua Dimensão 8 e, Eixo 2 Desenvolvimento Institucional em suas Dimensões 1 e 3. Para esta análise, foram considerados exclusivamente os segmentos docente e técnico-administrativo, desconsiderando-se integralmente o segmento discente, pelo exposto anteriormente.

O conjunto de informações está organizado por questão avaliativa e por categoria de resposta, com distribuição percentual das opiniões em seis níveis: Ótimo, Bom, Regular, Ruim, Péssimo e Não sei. Além disso, as tabelas apresentam o índice de aprovação, que corresponde à soma das avaliações positivas, permitindo uma leitura sintética do desempenho de cada item.

No Eixo 1, Dimensão 8, os dados tratam de aspectos relacionados ao conhecimento sobre a autoavaliação institucional, à resposta da instituição às demandas da CPA, à divulgação do planejamento anual do Câmpus e à participação da comunidade na elaboração desse planejamento. Nesse bloco, observa-se que os percentuais variam de forma significativa entre os itens, o que revela diferenças na percepção dos servidores quanto à comunicação, à devolutiva institucional e ao grau de envolvimento nos processos de planejamento (Tabela 1).

Este eixo evidencia importantes desafios relacionados ao engajamento da comunidade acadêmica e à percepção de efetividade das ações no Câmpus. No que se refere ao conhecimento dos resultados da CPA, observa-se que 60% dos docentes apresentam avaliação positiva (entre “Bom” e “Ótimo”), enquanto entre os TAEs esse percentual é inferior, atingindo 33,33%. Destaca-se, ainda, a presença expressiva de respostas “Não sei”, especialmente entre os TAEs (22,22%), o que indica fragilidades na divulgação e apropriação das informações.

Quanto à resposta e aos encaminhamentos da instituição frente às demandas indicadas pela CPA, a percepção de que a gestão utiliza os dados da CPA como subsídio para a tomada de decisões ainda é limitada, com índices de aprovação de 46,67% entre docentes e 33,33% entre os TAEs. Chama atenção o fato de que 44,44% dos TAEs declararam não saber se existem respostas institucionais às demandas apontadas nos relatórios, o que reforça a necessidade de maior transparência e devolutiva.

Em relação ao planejamento anual do Câmpus, verifica-se uma diferença significativa na percepção de participação entre os segmentos: enquanto 53,33% dos docentes avaliam positivamente sua inserção nesse processo, apenas 22,22% dos TAEs compartilham dessa percepção. Por outro lado, a divulgação do planejamento apresenta um nível semelhante de aprovação entre os grupos (66,67%). Contudo, destaca-se que nenhum TAE (0%) classificou esse aspecto como “Ótimo”, indicando espaço para aprimoramentos na comunicação institucional.

Tabela 1 - Respostas referentes ao Eixo 1, Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação Institucional, Câmpus Águas Lindas, 2025.

Eixo 1, Dimensão 8	1 – O seu conhecimento acerca dos resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) é:				2 – A resposta e o encaminhamento institucionais dados às demandas indicadas nos relatórios de avaliação produzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) são:				3 – A divulgação do planejamento anual do seu Câmpus é:				4 – A sua participação na elaboração do planejamento anual do seu Câmpus é:			
	DIS	DOC	TAE	\bar{x}	DIS	DOC	TAE	\bar{x}	DIS	DOC	TAE	\bar{x}	DIS	DOC	TAE	\bar{x}
Ótimo	na	13,33	0	6,67	na	6,67	0	3,34	na	20	0	10	na	20	0	10
Bom	na	46,67	33,33	40	na	40	33,33	36,67	na	46,67	66,67	56,67	na	33,33	22,22	27,78
Regular	na	33,33	22,22	27,78	na	46,67	22,22	34,45	na	20	33,33	26,67	na	26,67	66,67	46,67
Ruim	na	0	11,11	5,56	na	0	0	0	na	6,67	0	3,34	na	20	0	10
Péssimo	na	0	11,11	5,56	na	0	0	0	na	6,67	0	3,34	na	0	11,11	5,56
Não sei	na	6,67	22,22	14,45	na	6,67	44,44	25,56	na	0	0	0	na	0	0	0
Aprovação	na	60	33,33	46,67	na	46,67	33,33	40	na	66,67	66,67	66,67	na	53,33	22,22	37,78

DIS – Discentes; DOC – Docentes; TAE – Técnicos Administrativos. X – média; na – não avaliado.

Fonte: Pesquisa de Autoavaliação Institucional, 2025.

No Eixo 2, Dimensão 1, as questões concentram-se no conhecimento sobre a função social do IFG e sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O conhecimento sobre a função social do IFG alcançou 100% de aprovação em ambos os segmentos avaliados, demonstrando pleno reconhecimento desse aspecto. Já em relação ao conhecimento sobre o PDI, os índices também se mostram consistentes, com 93,33% de aprovação entre os docentes e 77,78% entre os TAEs, indicando um cenário amplamente favorável, mesmo que, ainda indique menor apropriação desse documento estratégico pelos respondentes, sobretudo, no segmento TAE (Tabela 2).

Tabela 2 - Respostas referentes ao Eixo 2, Dimensão 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, Câmpus Águas Lindas, 2025.

Eixo 2, Dimensão 1	1 - O seu conhecimento sobre a função social do IFG é:				2 - O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019 prorrogado até 2025) é:			
	%	DIS	DOC	TAE	\bar{x}	DIS	DOC	TAE
Ótimo	na	60	44,44	52,22	na	20	11,11	15,56
Bom	na	40	55,56	47,78	na	73,33	66,67	70,00
Regular	na	0	0	0	na	6,67	11,11	8,89
Ruim	na	0	0	0	na	0	11,11	5,56
Péssimo	na	0	0	0	na	0	0	0
Não sei	na	0	0	0	na	0	0	0
Aprovação	na	100	100	100	na	93,33	77,78	85,56

DIS – Discentes; DOC – Docentes; TAE – Técnicos Administrativos. X – média; na – não avaliado.

Fonte: Pesquisa de Autoavaliação Institucional, 2025.

No Eixo 2, Dimensão 3, as questões abordam temas vinculados à responsabilidade social da instituição, como respeito às diferenças, incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração voltadas para a preservação do meio ambiente, e política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades específicas. Nesse conjunto, os resultados permitem identificar tanto indicadores consistentes de aprovação quanto pontos que demandam atenção, especialmente em itens associados à inclusão e à efetividade das ações institucionais (Tabela 3).

O respeito à diversidade apresenta níveis elevados de aprovação, alcançando 93,34% entre os docentes e 77,77% entre os TAEs, o que evidencia um reconhecimento consistente desse aspecto na instituição. Esse resultado dialoga diretamente com a atuação da Comissão Permanente de Políticas da Igualdade Racial (CPPIR) no âmbito do IFG, instituída para propor, acompanhar e avaliar políticas voltadas à promoção da igualdade racial, ao enfrentamento do racismo e à valorização da diversidade étnico-racial, contribuindo para a consolidação de uma cultura institucional inclusiva e equitativa.

No que se refere ao desenvolvimento científico, o incentivo às ações de ciência e tecnologia também é bem avaliado, com índices de aprovação de 80% entre docentes e 77,78% entre técnicos, indicando uma percepção favorável quanto ao apoio institucional nessa área.

Por outro lado, o indicador relacionado às ações de preservação do meio ambiente apresenta uma avaliação mais moderada, com 66,66% de aprovação entre os docentes e 55,55% entre os TAEs, sugerindo a necessidade de avanços nesse campo.

De forma semelhante, a política de inclusão voltada a pessoas com necessidades específicas registra níveis de aprovação intermediários, com 53,34% entre os professores e 55,56% entre os técnicos, apontando para a importância do fortalecimento das ações institucionais. Nesse contexto, destaca-se o papel do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no IFG, que atua na promoção da acessibilidade, inclusão e permanência de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O NAPNE desenvolve ações de acompanhamento pedagógico, orientação à comunidade acadêmica, adaptação de materiais e articulação com setores institucionais, sendo um importante instrumento para a efetivação das políticas inclusivas. Assim, os resultados indicam a necessidade de

maior visibilidade e fortalecimento das ações desenvolvidas por esse núcleo, bem como de ampliação das estratégias institucionais voltadas à inclusão.

Tabela 3 - Respostas referentes ao EIXO 2, DIMENSÃO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO.

Eixo 2, Dimensão 3	1 - O respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do IFG é:				2 - O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é:				3 - O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:				4 - A política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades educacionais específicas é:			
	%	DIS	DOC	TAE	\bar{X}	DIS	DOC	TAE	\bar{X}	DIS	DOC	TAE	\bar{X}	DIS	DOC	TAE
Ótimo	na	26,67	44,44	35,56	na	40	22,22	31,11	na	33,33	11,11	22,22	na	6,67	0	3,34
Bom	na	66,67	33,33	50,00	na	40	55,56	47,78	na	33,33	44,44	38,89	na	46,67	55,56	51,11
Regular	na	6,67	22,22	14,45	na	13,33	22,22	17,78	na	33,33	44,44	38,89	na	33,33	33,33	33,33
Ruim	na	0	0	0	na	6,67	0	3,34	na	0	0	0	na	6,67	0	3,34
Péssimo	na	0	0	0	na	0	0	0	na	0	0	0	na	6,67	0	3,34
Não sei	na	0	0	0	na	0	0	0	na	0	0	0	na	0	11,11	5,56
Aprovação	na	93,34	77,77	85,56	na	80	77,78	78,89	na	66,66	55,55	61,11	na	53,34	55,56	54,45

DIS – Discentes; DOC – Docentes; TAE – Técnicos Administrativos. X – média; na – não avaliado.

Fonte: Pesquisa de Autoavaliação Institucional, 2025.

Com base exclusivamente nos percentuais de aprovação apontados nas tabelas 1,2 e 3, todos os itens analisados se enquadram nas faixas de Ação de Manter (4 itens), Desenvolver (3 itens) ou Melhorar (3 itens) (Quadro 17).

Quadro 17: Indicadores de Ação para o Câmpus Águas Lindas, 2025.

Eixo	Item	Aprovação média	Faixa
Eixo 1, Dimensão 8	Conhecimento sobre os resultados da autoavaliação da CPA	46,67%	Melhorar
Eixo 1, Dimensão 8	Resposta institucional às demandas da CPA	40,00%	Melhorar
Eixo 1, Dimensão 8	Divulgação do planejamento anual do Câmpus	66,67%	Desenvolver
Eixo 1, Dimensão 8	Participação na elaboração do planejamento anual	37,78%	Melhorar
Eixo 2, Dimensão 1	Conhecimento sobre a função social do IFG	100,00%	Manter
Eixo 2, Dimensão 1	Conhecimento sobre o PDI	85,56%	Manter
Eixo 2, Dimensão 3	Respeito às diferenças	85,56%	Manter
Eixo 2, Dimensão 3	Incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico	78,89%	Manter
Eixo 2, Dimensão 3	Desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração	61,11%	Desenvolver
Eixo 2, Dimensão 3	Política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades específicas	54,45%	Desenvolver

Fonte: Pesquisa de Autoavaliação Institucional, 2025.

Os itens classificados como Manter representam os pontos mais consolidados do Câmpus, com destaque para o conhecimento sobre a função social do IFG, o PDI, o respeito às diferenças e o incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico. Esses

resultados indicam boa aderência da comunidade de docentes e TAE a temas institucionais centrais e a valores estruturantes da missão do IFG.

Os itens classificados como Desenvolver concentram-se em aspectos de gestão acadêmica e institucional, especialmente a divulgação do planejamento anual, as ações de ensino/pesquisa/extensão/administração voltadas para a preservação do meio ambiente e a política de inclusão. Embora não indiquem crise, revelam espaço importante para aperfeiçoamento por meio de ações pontuais, mais comunicação, maior integração entre setores e fortalecimento da visibilidade das políticas institucionais.

Os itens classificados como Melhorar estão ligados diretamente à autoavaliação e à participação no planejamento, o que sugere fragilidade na retroalimentação do processo avaliativo e na corresponsabilização dos segmentos. Esse é um ponto sensível porque reduz a percepção de efetividade da CPA e limita o uso dos resultados como ferramenta de gestão.

A análise dos dados reafirma que o Câmpus possui uma comunidade que compreende claramente sua missão social e plano de desenvolvimento (PDI), mas que ainda encontra barreiras nos processos de comunicação interna e na percepção da utilidade prática da autoavaliação institucional como ferramenta de mudança. Além disso, a ausência total de dados do segmento discente reforça a necessidade de revisão dos mecanismos de coleta de dados para ciclos futuros

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS, DESAFIOS E SUGESTÕES PARA OS PRÓXIMOS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

A realização dos próximos ciclos de autoavaliação institucional no âmbito da CPA do IFG evidencia um conjunto de desafios que dialogam tanto com as mudanças no cenário da educação superior quanto com as particularidades da educação profissional e tecnológica. Inserida no contexto do SINAES, a CPA tem a responsabilidade de conduzir processos avaliativos contínuos, participativos e formativos, o que demanda permanente aperfeiçoamento metodológico e organizacional.

Nesse sentido, torna-se imprescindível o fortalecimento da cultura de avaliação institucional, ampliando o envolvimento efetivo de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes, técnicos administrativos e sociedade civil). Para tanto,

faz-se necessária a implementação de estratégias formativas, como seminários, palestras e outras atividades institucionais, que esclareçam à comunidade o que é a CPA, quais são suas atribuições e qual a relevância de sua atuação para o aprimoramento institucional.

Nessa perspectiva, como medida de estímulo à participação discente, sugere-se a oferta dessas atividades com certificações e a possibilidade de aproveitamento como horas complementares, favorecendo maior adesão, e, acredita-se maior compreensão da importância de se participar do processo de avaliação institucional.

Adicionalmente, a baixa participação nos instrumentos de coleta de dados, especialmente em questionários eletrônicos, permanece como um entrave à obtenção de informações representativas e consistentes. Nesse contexto, recomenda-se, também para os servidores, a adoção de plataformas institucionais integradas, como o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), para aplicação dos questionários, de modo a garantir maior confiabilidade, sigilo das respostas e segurança das informações, além de otimizar e agilizar a sistematização e análise dos dados.

Ressalta-se, ainda, que a utilização do SUAP pode contribuir significativamente para o aumento da participação discente, uma vez que os estudantes acessam essa plataforma com elevada frequência, sobretudo para atividades relacionadas a auxílios estudantis, projetos de pesquisa, consulta de notas e acompanhamento de frequência nas disciplinas. Tal familiaridade tornaria o processo de consulta mais simples, acessível e integrado à rotina acadêmica, especialmente quando comparado à exigência de utilização do e-mail institucional em formulários restritos, fator que, conforme verificado no ano de 2025, representou uma limitação relevante à adesão dos estudantes.

Paralelamente, destaca-se a necessidade de constante revisão e qualificação dos instrumentos avaliativos, incorporando dimensões contemporâneas relacionadas à inovação pedagógica, uso de tecnologias educacionais, inclusão, diversidade e permanência estudantil, assegurando maior aderência às dinâmicas institucionais.

Outro desafio relevante refere-se à efetiva articulação entre os resultados da autoavaliação e o planejamento estratégico institucional. É fundamental que os dados produzidos pela CPA sejam apropriados pela gestão e pelos órgãos colegiados, subsidiando a formulação de políticas e a tomada de decisões.

Logo, da mesma forma, a transparência e a devolutiva dos resultados à comunidade acadêmica devem ser fortalecidas, por meio de estratégias de comunicação claras e acessíveis, contribuindo para a legitimidade do processo avaliativo e para o

engajamento contínuo dos participantes. Soma-se a isso a necessidade de investimentos em tecnologias da informação, capacitação das equipes envolvidas e suporte técnico adequado, elementos essenciais para a consolidação de um sistema avaliativo eficiente.

Por fim, destaca-se o desafio de alinhar os processos conduzidos pela CPA às diretrizes nacionais e às exigências dos órgãos reguladores, sem desconsiderar as especificidades de cada Câmpus, garantindo o equilíbrio entre padronização e contextualização. Dessa forma, os próximos processos avaliativos deverão assumir um caráter cada vez mais estratégico, integrado e participativo, orientado pela busca contínua da qualidade da educação ofertada e pelo fortalecimento da gestão institucional baseada em evidências, portanto, de cunho científico, e, oriunda da pesquisa, que, no caso aqui abordado originou-se do processo de avaliação institucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm.

Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em:

18 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em:

18 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **e-MEC – Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.** Disponível em:

<https://emec.mec.gov.br/> (emec.mec.gov.br in Bing). Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004.** Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 12 jul. 2004. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 31 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 04, de 5 de agosto de 2008.** Institui o Conceito Preliminar de Curso – CPC. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008.** Institui o Índice Geral de Cursos – IGC. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 set. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 dez. 2010 (republicada).

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018.** Dispõe sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 ago. 2018 (republicada).

BRASIL. Ministério da Educação. **SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <https://sistec.mec.gov.br/> (sistec.mec.gov.br in Bing). Acesso em: 25 mar. 2026.

CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (CONSUP/IFG). **Resolução nº 98, de 31 de agosto de 2021.** Define os procedimentos de adaptação didático-pedagógica, flexibilização curricular, terminalidade específica e aceleração de estudos para estudantes com necessidades educacionais específicas – NEE. Disponível em: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/29479/RESOLU%C3%87%C3%83O%2098_2021%20\(2\).pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/29479/RESOLU%C3%87%C3%83O%2098_2021%20(2).pdf). Acesso em: 18 abr. 2026.

CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (CONSUP/IFG). **Resolução nº 1, de 04 de janeiro de 2018.** Retifica o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE do IFG. Disponível em: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/29479/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2001_2018%20\(2\).pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/29479/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2001_2018%20(2).pdf). Acesso em: 18 abr. 2026.

CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (CONSUP/IFG). **Resolução nº 81, de 17 de junho de 2021.** Consolida as normas que regulamentam a Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial – CPPIR

do IFG. Disponível em:

https://www.ifg.edu.br/attachments/article/121/RESOLU%C3%87%C3%83O%2081_2021%20CPPIR%20ATUAL.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

INEP/DAES/CONAES. **Nota Técnica nº 65/2014**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em:

<http://www.abmes.org.br/arquivos/legislacoes/nota-tecnica-no-65-conaes-daes-inep.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Portaria nº 5860 - Reitoria/IFG, de 19 de novembro de 2025**. Goiânia, 2025. Disponível em:

https://www.ifg.edu.br/attachments/article/238/Portarias_SIPPAG_IFG_Novembro_2025.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Portaria nº 853 - Reitoria/IFG, de 24 de março de 2026**. Goiânia, 2026. Disponível em:

<https://sippag.ifg.edu.br/portarias/visualizar/?hash=9e5fd08f6525724121e58384bba33fac&numero=853&ano=2026>. Acesso em: 20 fev. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019**. Aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Goiânia, 2019. Disponível em:

<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2038%202019.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG). [**Página institucional – Câmpus Águas Lindas de Goiás**]. Disponível em:

<https://www.ifg.edu.br/aguaslindas/apresentacao?showall=&start=1>. Acesso em: 18 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG). [**SUAP**]. Disponível em:

https://suap.ifg.edu.br/edu/estatistica/?situacao_matricula_periodo=SITUACAO_MATRICULADO&periodicidade=por_ano_letivo&apartir_do_ano=25&ate_ano=25&sexo=&racas=&modalidades=2&modalidades=12&modalidades=11&ira_apartir_de=&ira_ate=&renda_apartir_de=&renda_ate=&estatistica_form=Aguarde...&uo_selecionada=14&ab=total_curso. Acesso em: 15/04/2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019–2023**. 2013. Disponível em:

<https://www.ifg.edu.br/aluno/62-ifg/a-instituicao/11546-plano-de-desenvolvimento-institucional-2019-2023>. Acesso em: 18 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG). **Relatórios de Autoavaliação Institucional do Câmpus Águas Lindas – 2020**. 2021. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/120/Relato%CC%81rio%20CPA%20A%CC%81guas%20Lindas%202020.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP); DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (DAES); COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES). **Nota Técnica nº 65/2014**. Roteiro do Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em: http://www.pucsp.br/cpa/downloads/nota-tecnica-inep-daes-conaes-065.2014_roteiro-pa-ra-relatorio-de-autoavaliacao-institucional.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Brasília, DF: INEP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 31 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: reconhecimento e renovação de reconhecimento**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <https://share.google/XHWj8w.J5gOL3bE0zg> (share.google in Bing). Acesso em: 25 abr. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação Institucional – Recredenciamento. Brasília: INEP, 2017**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf (download.inep.gov.br in Bing) . Acesso em: 5 abr. 2026.